



O PREÇO DA LIBERDADE É A ETERNA VIGILÂNCIA

Após a surpreendente vitória de Jair Bolsonaro em 2018, o Poder Executivo se descolou das práticas políticas utilizadas nos trinta anos anteriores. Abandonou o usual e mal falado presidencialismo de coalizão, a tal troca de cargos por apoio, para nomear técnicos nos postos chaves da gestão pública. Houve um salto de qualidade, com resultados extraordinários mesmo durante pandemia e guerra, em que os melhores exemplos são os Ministérios e as Estatais, que antes eram entregues a partidos e políticos. O “inérito” modelo de gestão que prioriza resultados econômicos e sociais, e não mais a acomodação ou o atendimento de interesses de aliados de dentro e de fora do mundo político, causou enorme desconforto. O Congresso, o Judiciário, parte do mundo empresarial e até mesmo a grande mídia perderam espaço de influência e/ou verbas públicas, razão pela qual ofereceram, desde o início do Governo, a mais ferrenha oposição.

Única figura política de oposição com alguma expressão popular, o ex-Presidente Lula, estava preso, condenado por corrupção em três instâncias, e inelegível. Mediante a intervenção do STF, Lula foi solto, suas condenações anuladas, os crimes prescreveram e ele se tornou elegível.

Agora, superado o conturbado e controverso período eleitoral, resta à sociedade e especialmente aos empreendedores permanecerem vigilantes para a manutenção da nossa Liberdade. O Poder Judiciário já demonstrou que, isoladamente, pode “avançar” sobre os Direitos Fundamentais e imperar sobre os demais Poderes da República. Hoje, o entendimento dos Ministros do STF/TSE se sobrepõe à Carta Magna. Essa situação combinada com um Governo de esquerda que, por exemplo, já anunciou que pretende regular a imprensa e a internet (censura), pode descambar paulatinamente para um regime semelhante ao de países com democracia questionável.

Ao mesmo tempo, os importantes avanços obtidos com a Lei da Liberdade Econômica, as reformas trabalhista e previdenciária, o teto dos gastos, entre outros, precisam ser preservados. Note-se a pretensão do futuro Governo de criar um rombo no orçamento 2023 de R\$ 200 bilhões, o que demonstra irresponsabilidade fiscal e que geraria aumento da dívida pública, da inflação e dos impostos. Um retrocesso.

Cumpra a todos nós, e especialmente aos nossos parlamentares no Congresso Nacional, não permitir que Conquistas, Liberdades e Direitos sejam suprimidos pouco a pouco. Para essa missão, a Liberdade de Expressão é uma garantia constitucional inegociável.

ANDRÉ GUINDANI
Presidente da CICS CANOAS
OAB/RS 42.553